

Estatuto do Trabalho

Sugestão Legislativa

SUG 12/2018

CDHET

Participação
CESIT
Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho

OBJETIVOS CENTRAIS:

- Regulamentar os artigos 7º a 11 da Constituição Federal de 1988 e reger as relações de trabalho individuais e coletivas, urbanas e rurais, nos aspectos de direito material e processual.
- Integrar o valor social do trabalho na ordem econômica nacional, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com o fim de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios do art. 170 da Constituição Federal de 1988.

LÓGICA HERMENÊUTICA

- Prevalência dos mandamentos constitucionais
- Prevalência do interesse público sobre o privado
- Regulação abrangente das relações de trabalho e não apenas das relações de emprego
- Aspectos gerais antes dos particulares
- Itemização encadeada e específica
- Uniformização de conceitos
- Expectativa de aprimoramento no processo de discussão com a sociedade

CONCEITOS TRANSVERSAIS AO TEXTO

- Equivalência dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- Responsabilidade social da empresa
- Autonomia coletiva e autorregulação sindical
- Isonomia e inclusão social
- Direito à continuidade das relações de trabalho
- Modernidade sem precarização das relações de trabalho
- Salário constitucional mínimo em base mensal
- Jornada constitucional de 44h como teto máximo, incluído o trabalho extraordinário
- Garantia de efetividade dos mandamentos legais

ESTRUTURAÇÃO

➤ PRIMEIRA PARTE – Direito do Trabalho

- Livro I – Disposições para todas as relações de trabalho
- Livro II – Direito individual do trabalho
- Livro III – Direito coletivo do trabalho
- Livro IV – Sistema Federal de Fiscalização do Trabalho

➤ SEGUNDA PARTE – Direito Processual do Trabalho

- Livro I – Da Justiça do Trabalho
- Livro II – Do Processo em Geral

LIVRO I – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS A TODAS AS RELAÇÕES DE TRABALHO

TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS

TÍTULO II – DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE NA RELAÇÃO DE TRABALHO

TÍTULO III – DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

TÍTULO IV – DAS PROTEÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS ÀS PRÁTICAS DE TRABALHO

CAPÍTULO I – DO DIREITO À CONTINUIDADE DO TRABALHO

CAPÍTULO II – DA PROTEÇÃO EM FACE DA AUTOMAÇÃO

CAPÍTULO III – DA VEDAÇÃO DE PRÁTICAS ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO

TÍTULO V – DOS SEGMENTOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

CAPÍTULO I – DA PROTEÇÃO ÀS MULHERES

CAPÍTULO II – DA PROTEÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CAPÍTULO III – DA PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CAPÍTULO IV – DA PROTEÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS

CAPÍTULO V – DA PROTEÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

TÍTULO VI – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

LIVRO II – DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

TÍTULO I – DAS RELAÇÕES DE EMPREGO EM GERAL

CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO

CAPÍTULO II – DA IDENTIFICAÇÃO NECESSÁRIA

CAPÍTULO III – DO CONTRATO DE EMPREGO

CAPÍTULO IV – DA RESPONSABILIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

CAPÍTULO V – DO TEMPO DE TRABALHO

CAPÍTULO VI – DO DIREITO AO DESCANSO

CAPÍTULO VII – DA CONTRAPRESTAÇÃO FINANCEIRA DO EMPREGADOR

CAPÍTULO VIII – DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO

CAPÍTULO IX – DA GARANTIA DE EMPREGO

CAPÍTULO X – DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO

LIVRO II – DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

TÍTULO II – DAS RELAÇÕES DE EMPREGO COM REGULAÇÃO ESPECIAL

CAPÍTULO I – DAS RELAÇÕES DE EMPREGO RURAL

CAPÍTULO II – DAS RELAÇÕES DE EMPREGO DOMÉSTICO

CAPÍTULO III – DAS RELAÇÕES DE APRENDIZAGEM

CAPÍTULO IV – DAS RELAÇÕES DE EMPREGO REGULAMENTADAS

TÍTULO III – DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NÃO SUBORDINADO

CAPÍTULO I – DAS RELAÇÕES DE TRABALHO AUTÔNOMO

CAPÍTULO II – DAS RELAÇÕES DE TRABALHO AVULSO

CAPÍTULO III – DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COOPERADO

CAPÍTULO IV – DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO

CAPÍTULO V – DAS RELAÇÕES DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

TÍTULO IV – DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

CAPÍTULO I – DA CONTRATAÇÃO POR PESSOA INTERPOSTA

CAPÍTULO II – DAS AGÊNCIAS PRIVADAS DE EMPREGO

LIVRO III – DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

TÍTULO II - DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DOS INSTRUMENTOS COLETIVOS

CAPÍTULO I - DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

CAPÍTULO II - DAS CONVENÇÕES E DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO

TÍTULO III - DO DIREITO DE GREVE

TÍTULO IV - DOS ATOS ANTISSINDICAIS

TÍTULO V - DA REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

LIVRO IV – DO SISTEMA FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO

TÍTULO I - DO SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SFIT

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES E PRERROGATIVAS

CAPÍTULO IV - DA INSPEÇÃO

CAPÍTULO V - DA FORMAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

CAPÍTULO VI - DAS VEDAÇÕES

TÍTULO II - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES EM ESPÉCIE

CAPÍTULO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

TÍTULO III - DO PROCEDIMENTO ESPECIAL PARA A AÇÃO FISCAL

SEGUNDA PARTE – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

LIVRO I - DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TÍTULO I – DA COMPETÊNCIA

TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

LIVRO II – DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO I – DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO

TÍTULO II - DAS AUDIÊNCIAS

TÍTULO III – DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

TÍTULO IV - DA DECISÃO E SUA EFICÁCIA

TÍTULO V - DOS PROCESSOS ESPECIAIS

TÍTULO VI - DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA EXECUÇÃO

TÍTULO VII - DOS RECURSOS

TÍTULO VIII - DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

SUGESTÃO LEGISLATIVA (ART. 102-E, I, RISF)

➤ Impulso Processual

- Ideia legislativa que parte da sociedade
- Ponto de partida → início dos debates da ideia
- CDH: Discussão → admissibilidade da sugestão

➤ Tramitação da SUG

- Instrução → debates e aprimoramentos → legística
- Relatório → apresentação de PLS
- Aprovação → PLS de autoria da CDH
- Mesa → Comissões pertinentes → caráter terminativo

➤ Câmara dos Deputados → como casa revisora

➤ Senado Federal → deliberação final sobre emendas

➤ Sanção presidencial

Obrigada!